



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO TRABALHO DE SAPIRANGA EM 13.08.2015

Aos 13 dias do mês de agosto de 2015, compareceu à sede da 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003760-96.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Adriana Freires, pelo Diretor de Secretaria Wilson Delmar Korzekwa e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 08.10.1993

**Data da última correição realizada:** 12.08.2014

**Data de Instalação do PJe:** 18.08.2014

**Jurisdição:** Araricá, Campo Bom, Nova Hartz e Sapiranga

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 13.08.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juíza Atual

Juíza	Situação	Período
Adriana Freires	<b>Juíza Titular</b>	Desde 21.11.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2015)

##### 2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga pertence à 61ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 03 vagas de zoneamento, atualmente ocupadas pelos Juízes Substitutos **Carlos Ernesto Maranhão Busatto, Charles Lopes Kuhn e Adriana Ledur.**



### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>Adriana Freires</b>	<b>Juíza Titular desde 21.11.2013</b>		
2	<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto*</b>	<b>07 a 09.04.2014</b> <b>05 a 08.03.2015</b>	Atuação em razão do afastamento da Juíza Titular para proferir sentenças de seu resíduo	287 dias
		<b>10.04 a 11.07.2014</b> <b>15.09 a 19.11.2014</b> <b>12.03 a 14.07.2015</b>	Atuação em regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Foro de Sapiroanga	
3	<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	<b>24.04 a 04.05.2014</b>	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	11 dias
4	<b>Charles Lopes Kuhn*</b>	<b>05 a 11.05.2014</b>		7 dias
5	<b>Cíntia Machado de Oliveira</b>	<b>31.10 a 30.11.2014</b>		30 dias
6	<b>Bárbara Fagundes</b>	<b>06 a 21.02.2015</b>		16 dias
7	<b>Adriana Ledur*</b>	<b>08.06 a 05.07.2015</b>		28 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2015)

\* Juízes Substitutos atualmente zoneados na circunscrição.

### 2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular e dos Juízes Substitutos Zoneados durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	<b>Adriana Freires</b>	Desconvocação para proferir sentenças de seu resíduo	05 a 08.03.2015 07 a 09.04.2014	97 dias
		Férias	24 e 25.04.2014 28.04 a 11.05.2014 31.10 a 15.11.2014 06 a 21.02.2015 08.06 a 05.07.2015	
		Afastamento conforme P.A. nº 0001180-93.2015.5.04.0000	05 a 08.03.2015	
Substitutos zoneados	<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	-	-	-
	<b>Charles Lopes Kuhn</b>	-	-	
	<b>Adriana Ledur</b>	-	-	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2015)



## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Wilson Delmar Korzekwa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	29.01.2014
2	Ney Alberto Martinbianco Junior	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	10.12.2013
-	Ângela Portela de Melo	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	13.04.2015
3	Gustavo Machado Nesi	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	03.08.2009
4	Lauro Sidinei Cardoso Silveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	12.09.2014
5	João Alberto Prestes Baptista	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>10.06.2008</b>
6	Rafael Fabri de Carvalho	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>17.01.2012</b>
7	Luiz Paulo da Silva	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>03.04.2012</b>
8	Miriam Carvalho Camargo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>30.07.2009</b>
9	Raquel de Castro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>20.01.2012</b>
10	Jorge Tadeu Bandeira Nunes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>30.10.2013</b>
11	Marli Roque Ferreira* (Em férias)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>08.05.2014</b>
12	Paula Facchini	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>25.08.2014</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.07.2015)



\* Servidora registra lotação anterior na Unidade de 01.09.1999 a 12.09.2005.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.370 processos	1.001 a 1.500	<b>12 servidores</b>	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Ângela Portela de Melo*</b> (desde 13.04.2015)	-	-	-
<b>Gustavo Machado Nesi</b>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>João Alberto Prestes Baptista</b>	-	-	-
<b>Jorge Tadeu Bandeira Nunes</b>	-	-	-
<b>Lauro Sidinei Cardoso Silveira*</b> (desde 12.09.2014)	-	-	-
<b>Luiz Paulo da Silva</b>	Curso ou Evento	2	<b>2</b>
<b>Marli Roque Ferreira*</b> (desde 08.05.2014)	Curso ou Evento	2	<b>2</b>
<b>Miriam Carvalho Camargo</b>	Licença Gestante	120	<b>193</b>
	Prorrogação Licença Gestante	60	
	Doença em Pessoa da Família	12	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Ney Alberto Martinbianco Junior</b>	Curso ou Evento	6	<b>6</b>
<b>Paula Facchini*</b> (desde 25.08.2014)	-	-	-
<b>Rafael Fabri de Carvalho</b>	-	-	-
<b>Raquel de Castro</b>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>Wilson Delmar Korzekwa*</b> (desde 29.01.2014)	Curso ou Evento	7	<b>7</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.07.2015)



\* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Marcos Otávio Ludwig Nunes	28.11.2011	<b>28.04.2014</b>	2 anos, 5 meses e 1 dia	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul – Secretário de Audiência (FC03)
2	Karen Martins Ferreira	03.06.2008	<b>06.05.2014</b>	5 anos, 11 meses e 4 dias	Lotação na 29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Assistente (FC02)
3	Mônica Melchiades Soares*	10.03.2014	<b>03.08.2014</b>	4 meses e 24 dias	Lotação na 1ª Vara do Gravataí – Assistente de Juiz Substituto (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.07.2015)

\* A servidora já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

## 2.2.5 Estagiários

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.07.2015 a 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga encontra-se com vaga disponível para estágio.

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação da Juíza Titular e dos Juizes Substitutos Zoneados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	<b>Adriana Freires</b>	-	12	61	<b>73</b>
Substitutos zoneados	<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	-	12	96,5	<b>108,5</b>
	<b>Charles Lopes Kuhn</b>	-	24	97,5	<b>121,5</b>



	<b>Adriana Ledur</b>	-	12	127,5	<b>139,5</b>
--	----------------------	---	----	-------	--------------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.07.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Ângela Portela de Melo</b>	-	-	7	<b>7</b>
<b>Gustavo Machado Nesi</b>	-	20	-	<b>20</b>
<b>João Alberto Prestes Baptista</b>	-	20	-	<b>20</b>
<b>Jorge Tadeu Bandeira Nunes</b>	-	20	15	<b>35</b>
<b>Lauro Sidinei Cardoso Silveira</b>	-	6	-	<b>6</b>
<b>Luiz Paulo da Silva</b>	-	20	12	<b>32</b>
<b>Marli Roque Ferreira</b>	-	20	53	<b>73</b>
<b>Miriam Carvalho Camargo</b>	-	20	-	<b>20</b>
<b>Ney Alberto Martinbianco Junior</b>	-	8	54,5	<b>62,5</b>
<b>Paula Facchini</b>	-	-	79	<b>79</b>
<b>Rafael Fabri de Carvalho</b>	-	20	40	<b>60</b>
<b>Raquel de Castro</b>	-	26	57	<b>83</b>
<b>Wilson Delmar Korzekwa*</b>	-	20	58,5	<b>78,5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.07.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestor da Unidade Judiciária.

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	1.405	1.570	11,74%	1.451	-7,58%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	75	120	60,00%	118	-1,67%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	1.306	1.525	16,77%	1.551	1,70%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	73	70	-4,11%	54	-22,86%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Total</b>	<b>2.859</b>	<b>3.285</b>	<b>14,90%</b>	<b>3.174</b>	<b>-3,38%</b>
--------------	--------------	--------------	---------------	--------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

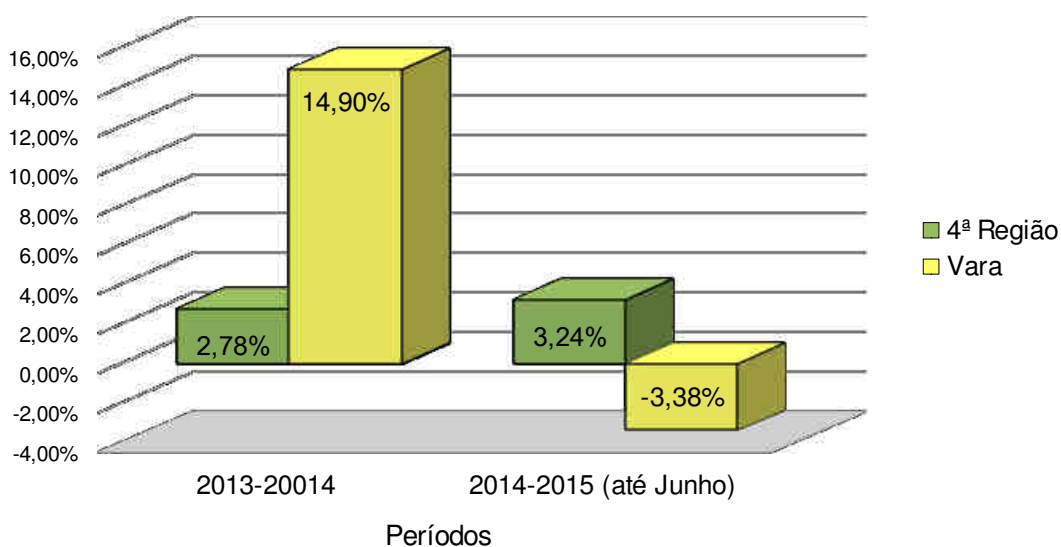
\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve uma elevação de 14,90% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. Com exceção das cartas precatórias e/ou de ordem pendentes de devolução, todas as espécies apresentaram aumento no estoque no período sob análise, sendo que a execução foi a fase que registrou maior acréscimo em números absolutos (219 processos), ao passo que a liquidação foi a fase que apresentou o maior aumento percentual (60%).

A elevação no acervo de processos da 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga em 2014 foi bastante superior à tendência apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação. Em contrapartida, os dados parciais de 2015 (colhidos até o mês de junho) apontam uma queda de 3,38% no acervo de processos tramitando na Unidade – indo de encontro à tendência regional no mesmo período, como aponta o gráfico abaixo:

Variação percentual do acervo de processos tramitando





## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Casos novos</b>	1.411	1.447	2,55%	589	-59,30%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	8	2	-75,00%	2	0,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	1.396	1.411	1,07%	655	-53,58%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>650</b>	<b>677</b>	<b>4,15%</b>	<b>609</b>	<b>-10,04%</b>

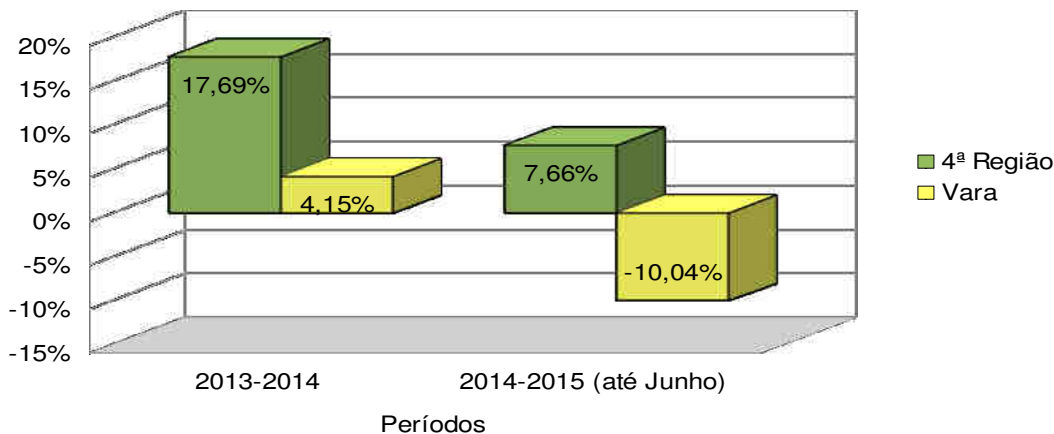
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 4,15% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 650 para 677 processos) – índice inferior, contudo, à tendência verificada em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse aumento no acervo – a despeito de ter havido um acréscimo de 1,07% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013 – foi a elevação de 2,55% na média mensal de casos novos (a qual passou de 118,25 processos, em 2013, para 120,75 processos, em 2014).

Em contrapartida, os dados dos seis primeiros meses de 2015 apontam uma queda de 10,04% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento, índice que destoia da tendência apresentada pela 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento







Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (54,36%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2013 a 31.12.2014, houve um acréscimo de 65 processos no número de feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

<b>Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	142	153	7,75%	149	-2,61%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	469	368	-21,54%	314	-14,67%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	39	91	133,33%	97	6,59%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	0	65	-	49	-24,62%
<b>TOTAL</b>	<b>650</b>	<b>677</b>	<b>4,15%</b>	<b>609</b>	<b>-10,04%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

<b>Taxa de congestionamento – fase de conhecimento</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Sapiranga – 3ª Vara</b>	32,10%	32,78%	2,11%	48,34%	47,49%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	61,09%	37,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 32,78% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 2,11% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, em contrapartida, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 11,55 pontos percentuais.



### 3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 30.06)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	895	64,11	870	61,66	353	53,89
	Julgado procedente	17	1,22	9	0,64	14	2,14
	Julgado procedente em parte	282	20,20	354	25,09	206	31,45
	Julgado improcedente	82	5,87	45	3,19	24	3,66
	Extinto	2	0,14	1	0,07	2	0,31
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	8	0,57	18	1,28	8	1,22
	Arquivamento (art. 844 CLT)	72	5,16	82	5,81	25	3,82
	Desistência	25	1,79	28	1,98	23	3,51
	Outras decisões	13	0,93	4	0,28	0	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.396</b>	<b>100</b>	<b>1.411</b>	<b>100</b>	<b>655</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

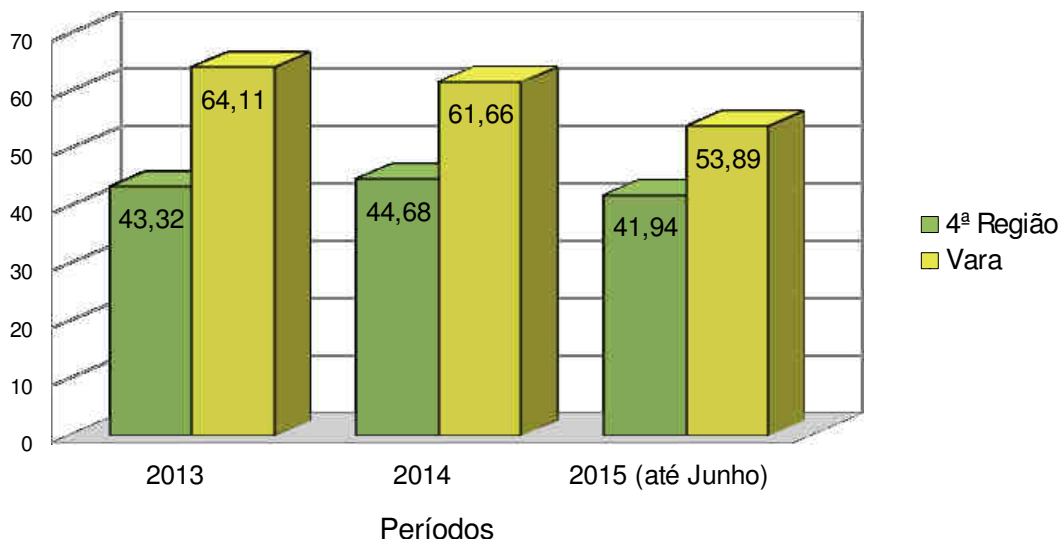
Verificou-se uma elevação de 15 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um aumento de 1,07%. Esse acréscimo destoa da tendência apresentada na 4ª Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, constatou-se um aumento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 383 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 409 decisões, representando um acréscimo de 6,79%. O desempenho da Unidade nesse quesito também se mostra acima da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma redução no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 895, representando 64,11% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 870, correspondendo a 61,66% - índice bastante superior, contudo, ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 53,89% - resultado acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



### Percentual de conciliações nos processos solucionados



## 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	260	292	12,31%	145	-50,34%
<b>Encerradas</b>	337	249	-26,11%	146	-41,37%
<b>Pendentes</b>	<b>74</b>	<b>114</b>	<b>54,05%</b>	<b>110</b>	<b>-3,51%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	9	11	22,22%	9	-18,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 74, em 2013, para 114, em 2014, importando em uma elevação de 54,05%. Tal aumento é bastante superior à média verificada em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%). Esse acréscimo decorre de uma elevação de 12,31% no número de liquidações iniciadas na comparação com o ano de 2013, combinada com uma queda de 26,11% no número de liquidações encerradas nesse mesmo período.

Por sua vez, nos seis primeiros meses de 2015, houve um decréscimo de 04 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014, o que corresponde a uma queda de 3,51% - recuo maior do que a média de todo o TRT4 no período, que retrocedeu 0,44%.



### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Sapiranga – 3ª Vara</b>	21,63%	31,97%	47,81%	43,63%	36,48%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	58,84%	33,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi de 31,97% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 47,81% em relação ao índice do ano anterior. Em contrapartida, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 12,19 pontos percentuais inferior ao congestionamento médio do TRT4.

### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	514	464	-9,73%	214	-53,88%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	34	758	2.129,41%	24	-96,83%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	375	222	-40,80%	156	-29,73%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	122	80	-34,43%	75	-6,25%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	9	6	-33,33%	4	-33,33%
	<b>Demais</b>	594	758	27,61%	805	6,20%
	<b>Total</b>	<b>603</b>	<b>764</b>	<b>26,70%</b>	<b>809</b>	<b>5,89%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		1.517	839	-44,69%	885	5,48%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga passou de 603 para 764 processos – o que corresponde a uma elevação de 26,70% em relação ao ano anterior. Tal desempenho foi de encontro à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. Um dos principais fatores para esse acréscimo – a despeito de ter havido uma queda de 9,73% no número de execuções iniciadas na comparação com o ano de 2013 – foi a redução de 40,80% no número de execuções encerradas na comparação entre esses dois períodos.

A seu turno, no período de janeiro a junho de 2015, o estoque de processos na fase de execução na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga



apresentou uma elevação de 5,89% em relação ao final do ano anterior – resultado maior que a média regional no mesmo período, que avançou 1,25%.

### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Sapiranga – 3ª Vara</b>	65,18%	79,19%	21,50%	84,05%	6,13%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	69,60%	70,81%	1,74%	83,77%	18,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 79,19% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 21,50% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, por sua vez, o índice da Unidade foi 8,38 pontos percentuais superior ao congestionamento médio do TRT4.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Sapiranga – 3ª Vara</b>	85,59%	91,41%	6,80%	91,41%	0,01%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	90,64%	6,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga na fase de execução, a qual passa a corresponder a 91,41% - 6,80% superior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 6,50 pontos percentuais maior, o que denota uma efetividade na execução abaixo da média regional.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	368	159	-56,79%	80	-49,69%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	0	0	-	0	-
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	1.428	1.501	5,11%	1.525	1,60%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)



O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.06.2015. Dessa consulta, verificou-se a existência de **01 processo** com execução encerrada definitivamente e que ainda possui devedor inscrito no BNDT, cuja situação processual se encontra relacionada abaixo:

1	0001002-34.2011.5.04.0373
<b>Situação processual:</b> em 09.06.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, por quitada a dívida, e determinando o oportuno arquivamento dos autos. Em 10.06.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução. <b>Histórico BNDT:</b> em 03.11.2011, a executada Moria Beneficiamento de Calçados Ltda. foi incluída no BNDT. Em 26.03.2015, foi inserida a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.07.2015)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 30.06)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	64	70	9	113	102	20	106	84	42
<b>Antecipações de tutela</b>	36	13	12	52	30	64	39	41	71
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	6	5	3	1	0	5	14	5	18
<b>Embargos à execução</b>	54	42	25	39	33	25	55	34	46



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Embargos à arrematação</b>	5	3	3	2	3	2	1	1	2
<b>Embargos à adjudicação</b>	1	0	2	0	0	2	0	2	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	6	0	6	7	5	8	3	3	9

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 214 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 24,42% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 30,08% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 133 para 173); em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 126 processos. Destaca-se, por fim, que em 30.06.2015 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 188 processos, saldo 49,21% superior ao do final do período anterior. – sendo que as antecipações de tutela são a espécie que correspondem à maior parte (37,77%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

<b>1</b>	<b>0114600-05.2007.5.04.0373</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a oposição, em 09.12.2010, de <b>embargos de declaração</b> pela parte ré. Em 16.12.2010, foi publicado despacho de cujo conteúdo se infere que o Juízo teria deixado de receber o incidente processual oposto, porquanto o requerimento nele efetuado deveria ter sido dirigido ao Juízo deprecado. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
<b>2</b>	<b>0106401-57.2008.5.04.0373</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 18.07.2011, de <b>embargos à execução</b> pela parte ré. Em 13.12.2011, foi publicado despacho no qual o Juízo entendeu que o incidente processual teria perdido seu objeto, na medida em que o bem constrito já havia sido alienado nos autos de outro processo. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
<b>3</b>	<b>0114600-05.2007.5.04.0373</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 14.11.2011, de <b>embargos à arrematação</b> pela parte ré. Em 17.11.2011, foi publicado despacho no qual o Juízo remeteu a apreciação do incidente processual à 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo, mediante carta precatória. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	



4

0108100-49.2009.5.04.0373

**Situação processual:** consta do sistema inFOR a apresentação, em 14.06.2013, de **exceção de pré-executividade** pela terceira reclamada. Em 26.06.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo rejeitou o incidente processual apresentado. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.07.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Do ajuizamento da ação à prolação da sentença</b>	<b>Sumaríssimo</b>	44,87	70,89	57,98%	77,03	8,67%
	<b>Ordinário</b>	175,85	199,62	13,52%	221,71	11,07%
	<b>Total</b>	<b>172,90</b>	<b>196,66</b>	<b>13,74%</b>	<b>216,13</b>	<b>9,90%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

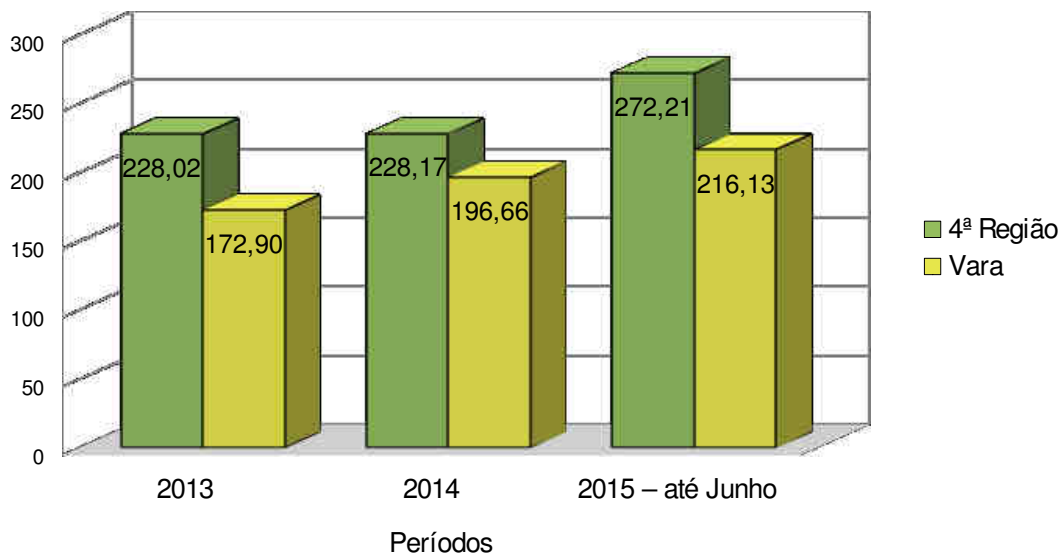
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 3ª Vara do Trabalho de Sapiiranga apresentou uma elevação de 13,74%, passando de 172,90 para 196,66 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio apresentou uma elevação de 57,98% em relação à média do ano anterior, passando de 44,87 para 70,89 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 199,62 dias, 13,52% mais moroso na comparação com 2013. Registra-se, por sua vez, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e junho de 2015 apontam uma elevação de 9,90% no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

Ainda, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 13,81% mais célere (31,51 dias) que a média de todas as Unidades do TRT4, ao passo que no período de janeiro a junho de 2015 o prazo médio foi 20,60% mais curto (56,08 dias) do que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:





### Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	87,00	116,00	33,33%	78,00	-32,76%
	Ordinário	147,82	145,88	-1,31%	145,10	-0,53%
	<b>Total</b>	<b>147,44</b>	<b>145,50</b>	<b>-1,32%</b>	<b>144,14</b>	<b>-0,94%</b>

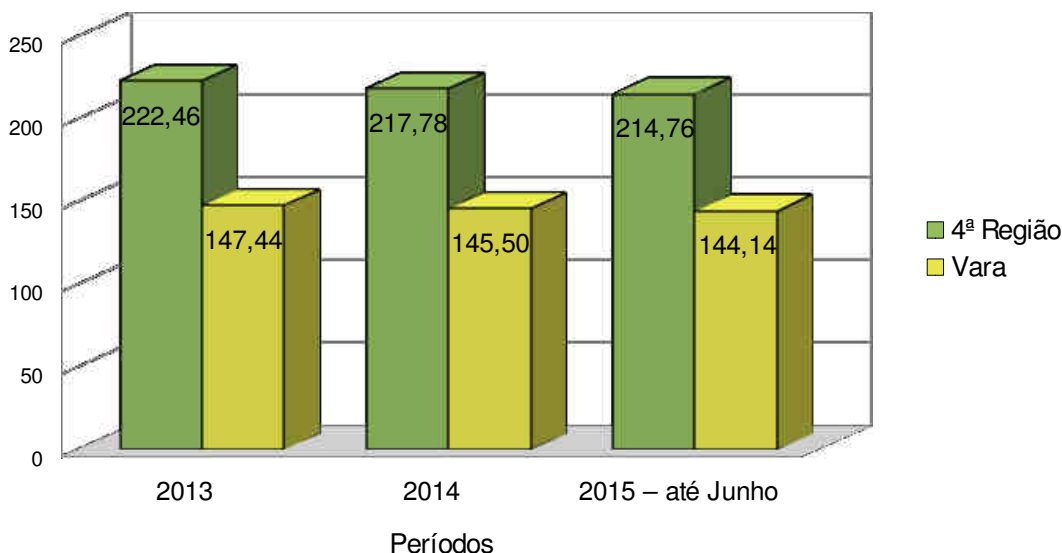
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 116 dias, o que equivale a uma elevação de 33,33% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 145,88 dias, 1,31% mais célere na comparação com 2013. A seu turno, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a junho, apontam uma tendência de estabilidade dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2014 foi 33,19% mais célere (72,28 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região, e 32,88% mais curto (70,62 dias) nos seis primeiros meses de 2015. Especificações no gráfico abaixo:



### Prazo médio total - fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	359,82	316,73	-11,97%	341,01	7,66%
	Ente público	1.316,43	372,50	-71,70%	-	-
	Total	<b>380,17</b>	<b>317,92</b>	<b>-16,38%</b>	<b>341,01</b>	<b>7,26%</b>

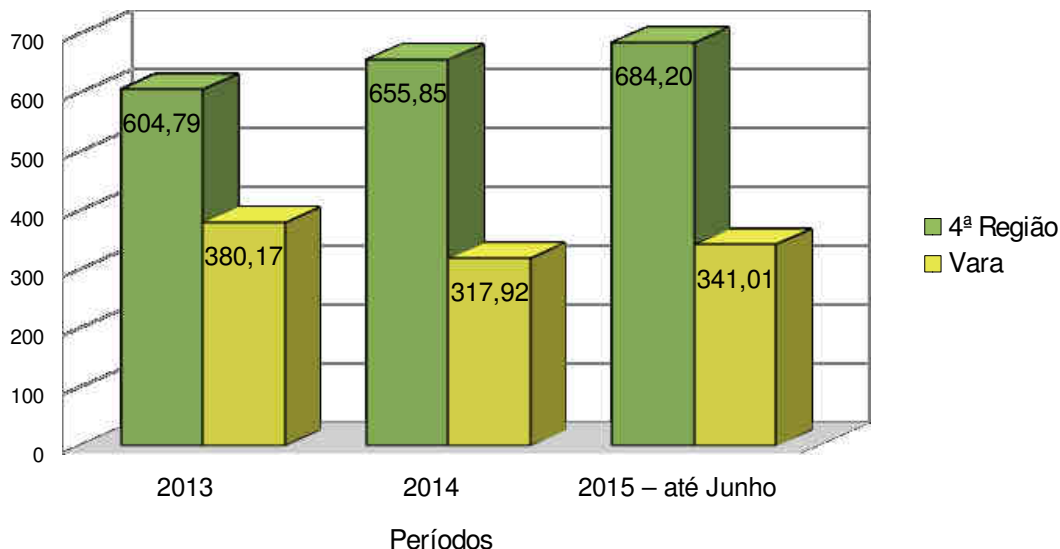
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 316,73 dias, o qual foi 11,97% menor do que o prazo do ano anterior, ao passo que entre janeiro e junho de 2015 esse prazo foi de 341,01 dias, 7,66% maior do que em 2014. Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 372,50 dias, 71,70% mais célere do que a média do ano anterior; já em 2015, não foram encerradas quaisquer execuções envolvendo a presença de ente público em seu polo passivo.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 51,53% mais célere (337,93 dias) do que a média regional. Por sua vez, os dados de janeiro a junho de 2015 apontam que, nesse período, o prazo médio de tramitação na Unidade foi 50,16% inferior (343,19 dias) à média de todo o TRT4.



### Prazo médio total - fase de execução



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0 processo	Meta cumprida

**5.1.2 Meta 2 – 2010:** “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0 processo	Meta cumprida

**5.1.3 Meta 2 – 2012:** “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.



META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.491	1.491	100,00%	Meta cumprida

**5.1.4 Meta 2 – 2013:** “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
919	919	100,00%	Meta cumprida

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.447	1.411	97,51%	Meta não cumprida

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados até 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre 01/01/2012 e 31/12/2014	%	Resultado
134	134	100,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados até 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre 01/01/2013 e 31/12/2014	%	Resultado
636	633	99,53%	Meta cumprida

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2.075
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	390
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	394
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	1
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	511
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	355
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	399
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	2
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	440
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	1
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	11
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	1
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	29



P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0
-------	---	--------	---

\* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$   
**Percentual de redução - Execução Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
2,35%	Meta não cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
-1,59%	Meta não cumprida

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0 processo	Meta cumprida

### 5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2015	Solucionados até 30.06.2015	%	Resultado parcial (até junho)
589	655	111,21%	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12. 2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados até 31/12/2013	Processos distribuídos até 31/12/2013 e julgados entre 01/01/2014 e 30/06/2015	%	Resultado
646	632	97,83%	Meta já cumprida



**5.3.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 30.06)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até junho)
214	145	67,76%	<b>Resultado parcial indicativo de não cumprimento da meta</b>

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até junho)
0 processo	<b>Meta já cumprida</b>

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (30.06.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até junho)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	20	12	19	<b>Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta</b>
2º Estado do Rio Grande do Sul	17	8	16	<b>Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta</b>
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	6	0	5	<b>Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	10	7	9	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
5º	União	2	2	1	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
6º	OI S.A.	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	1	3	0	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
9º	Banco do Brasil S.A.	1	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

### 5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

- a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”





META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 30.06)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até junho)
228,17	196,66	216,13	194,69	<b>Resultado parcial indicativo de não cumprimento da meta</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 30.06)	Meta para 2015	Resultado parcial (até junho)
<b>Total de acordos</b>	895	870	882,50	353	<b>892</b>	<b>Média parcial abaixo da necessária para cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	74,58	72,50	73,54	36,02	<b>74,33</b>	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras pela manhã. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	6 (I) 4 (P)	6 (I) 4 (P)	6 (I) 4 (P)	6 (I) 4 (P)	-
<b>Tarde</b>	-	-	-	-	-

Obs.: Eventualmente, são designadas pautas extras no turno da tarde, para iniciais ou instruções, visando ao atendimento de situações especiais. Os processos de rito sumaríssimo são incluídos em horários extras nos dias de pautas já designadas, conforme a necessidade. (Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 13.8.2015)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	14.09.2015	08.09.2015
Una Sumaríssimo	18.08.2015	26.08.2015
Instrução	16.12.2015	03.11.2015
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 13.8.2015)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	33,56	27,08	-19,31%	29,66	9,51%
	Ordinário	71,84	44,04	-38,70%	53,38	21,21%
	Total	71,01	43,62	-38,57%	52,40	20,12%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2015)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio reduzido de 33,56 dias, em 2013, para 27,08 dias, em 2014 (redução de 19,31%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 71,84 dias, em 2013, para 44,04 dias, em 2014 (queda de 38,70%). Por sua vez, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a junho, apontam para uma tendência de elevação dos prazos médios para a realização das audiências iniciais tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

## 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz(a)	2014				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adriana Freires	1.180	768	89	16	2.053
Cíntia Machado de Oliveira	106	70	2	0	178



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	144	100	4	0	<b>248</b>
<b>Charles Lopes Kuhn</b>	33	22	2	0	<b>57</b>
<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	27	15	2	1	<b>45</b>
<b>(Juiz não informado)</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.491</b>	<b>975</b>	<b>99</b>	<b>17</b>	<b>2.582</b>
<b>2015 (até 30.06)</b>					
Juiz(a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	<b>TOTAL</b>
<b>Adriana Freires</b>	345	259	13	8	<b>625</b>
<b>Adriana Ledur</b>	62	52	23	1	<b>138</b>
<b>Bárbara Fagundes</b>	19	8	11	0	<b>38</b>
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	58	42	5	0	<b>105</b>
<b>TOTAL</b>	<b>484</b>	<b>361</b>	<b>52</b>	<b>9</b>	<b>906</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 13.07.2015)

## 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz(a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
<b>Adriana Freires</b>	673	318	1	992	99	<b>1.091</b>
<b>Braulio Affonso Costa</b>	0	3	0	3	0	<b>3</b>
<b>Cíntia Machado de Oliveira</b>	71	7	0	78	15	<b>93</b>
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	87	44	0	131	15	<b>146</b>
<b>Charles Lopes Kuhn</b>	20	11	0	31	1	<b>32</b>
<b>Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo</b>	0	3	0	3	0	<b>3</b>
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	0	11	0	11	0	<b>11</b>
<b>Ivanise Marilene Uhlig de Barros</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	19	8	0	27	2	<b>29</b>
<b>Átila da Rold Roesler</b>	0	2	0	2	0	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>870</b>	<b>408</b>	<b>1</b>	<b>1.279</b>	<b>132</b>	<b>1.411</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2015 (até 30.06)						
Juiz(a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Adriana Freires</b>	257	173	1	431	41	<b>472</b>
<b>Adriana Ledur</b>	33	3	0	36	12	<b>48</b>
<b>Bárbara Fagundes</b>	24	12	0	36	2	<b>38</b>
<b>Cíntia Machado de Oliveira</b>	0	11	0	11	0	<b>11</b>
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	39	23	1	63	1	<b>64</b>
<b>Carlos Henrique Selbach</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Charles Lopes Kuhn</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	0	20	0	20	0	<b>20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>353</b>	<b>244</b>	<b>2</b>	<b>599</b>	<b>56</b>	<b>655</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 13.07.2015)

## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular <b>Adriana Freires</b>		
<b>0000092-02.2014.5.04.0373</b> (Mais antigo. Concluso em 23.03.2015)	0000095-54.2014.5.04.0373	0001026-57.2014.5.04.0373
0000590-98.2014.5.04.0373	0000716-54.2014.5.04.0372	0000977-16.2014.5.04.0373
0001046-48.2014.5.04.0373	0001047-33.2014.5.04.0373	0001048-18.2014.5.04.0373
0000569-25.2014.5.04.0373	0020126-95.2014.5.04.0373	0020209-14.2014.5.04.0373
0020210-96.2014.5.04.0373	0020211-81.2014.5.04.0373	0020213-51.2014.5.04.0373
0001044-78.2014.5.04.0373	0020014-29.2014.5.04.0373	0020017-81.2014.5.04.0373
0020013-44.2014.5.04.0373	0020272-39.2014.5.04.0373	0020392-82.2014.5.04.0373
0020240-34.2014.5.04.0373	0000183-92.2014.5.04.0373	0000184-77.2014.5.04.0373
0000355-34.2014.5.04.0373	0020038-57.2014.5.04.0373	0020063-70.2014.5.04.0373
0020074-02.2014.5.04.0373	0020164-73.2015.5.04.0373	0020289-75.2014.5.04.0373
0020047-19.2014.5.04.0373	0020086-16.2014.5.04.0373	0000804-89.2014.5.04.0373
0000840-68.2013.5.04.0373	0000847-26.2014.5.04.0373	0000864-62.2014.5.04.0373
0020103-52.2014.5.04.0373	0020327-87.2014.5.04.0373	0020328-72.2014.5.04.0373
0020122-58.2014.5.04.0373	0020127-80.2014.5.04.0373	0020241-19.2014.5.04.0373
0020440-41.2014.5.04.0373	0000387-39.2014.5.04.0373	0000424-66.2014.5.04.0373
0000465-33.2014.5.04.0373	0020027-34.2014.5.04.0371	0020264-62.2014.5.04.0373
0000705-22.2014.5.04.0373	0000669-19.2010.5.04.0373	0000985-90.2014.5.04.0373
0000987-60.2014.5.04.0373	0000988-45.2014.5.04.0373	0000989-30.2014.5.04.0373
0000431-58.2014.5.04.0373	0020312-21.2014.5.04.0373	0001045-63.2014.5.04.0373
0020145-04.2014.5.04.0373	0000349-33.2014.5.04.0371	0000837-16.2013.5.04.0373
0020151-74.2015.5.04.0373	0020294-97.2014.5.04.0373	0020297-52.2014.5.04.0373



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0020308-81.2014.5.04.0373	0020309-66.2014.5.04.0373	0020336-49.2014.5.04.0373
0020340-86.2014.5.04.0373	0020343-41.2014.5.04.0373	0020345-11.2014.5.04.0373
0020347-78.2014.5.04.0373	0020439-56.2014.5.04.0373	0020073-17.2014.5.04.0373
0020091-38.2014.5.04.0373	0020143-34.2014.5.04.0373	0020298-37.2014.5.04.0373
0020299-22.2014.5.04.0373	0000998-89.2014.5.04.0373	0020175-39.2014.5.04.0373
0020181-46.2014.5.04.0373	0020254-81.2015.5.04.0373	0000430-73.2014.5.04.0373
0000475-77.2014.5.04.0373	0001076-83.2014.5.04.0373	0020296-67.2014.5.04.0373
0020118-87.2015.5.04.0372	0020183-16.2014.5.04.0373	0020184-98.2014.5.04.0373
0020185-83.2014.5.04.0373	0020186-68.2014.5.04.0373	0020187-53.2014.5.04.0373
0000683-95.2013.5.04.0373	0001376-79.2013.5.04.0373	0000975-46.2014.5.04.0373
0020174-20.2015.5.04.0373	0000567-55.2014.5.04.0373	0001064-69.2014.5.04.0373
0020118-21.2014.5.04.0373	0020139-94.2014.5.04.0373	0020388-45.2014.5.04.0373
0000388-24.2014.5.04.0373	0000943-41.2014.5.04.0373	0020228-20.2014.5.04.0373
0000779-76.2014.5.04.0373	0020027-28.2014.5.04.0373	0020416-13.2014.5.04.0373
<b>Total: 105 processos</b>		

Juiz Substituto zoneado <b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>		
0000385-69.2014.5.04.0373	-	-
<b>Total: 1 processo</b>		

Juíza Substituta <b>Bárbara Fagundes</b>		
0000789-23.2014.5.04.0373	-	-
<b>Total: 1 processo</b>		

Juíza Substituta <b>Cíntia Machado de Oliveira</b>		
0000587-80.2013.5.04.0373	-	-
<b>Total: 1 processo</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 12.08.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 10.08.2015. 50 dias anteriores à data da correição: 23.06.2015)

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Segundo relato do Diretor de Secretaria, não havia pendências na execução destas tarefas.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Execução da tarefa em 03 ou 04 dias.



### 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada em 48 horas.

### 7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas em 24 horas, a partir da protocolização.

### 7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data da visita correcional, estava em análise o protocolo de 12.08.2015.

### 7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista iniciado em 09.06.2015, a certificação de prazo estava em 15.07.2015.

### 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada uma vez por semana.

### 7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

### 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Havia processos pendentes de arquivamento na data da inspeção correcional.

### 7.10 EXAME DOS LIVROS

#### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001407-36.2012.5.04.0373*	<b>27.04.2015</b>	2 meses e 28 dias
2	0000431-29.2012.5.04.0373*	<b>04.05.2015</b>	2 meses e 21 dias
3	0000493-76.2011.5.04.0382*	<b>17.06.2015</b>	1 mês e 8 dias
4	0001116-70.2011.5.04.0373	<b>18.06.2015</b>	1 mês e 7 dias
5	0070500-82.1995.5.04.0373	<b>22.06.2015</b>	1 mês e 3 dias
6	0128200-98.2004.5.04.0373	<b>30.06.2015</b>	25 dias
7	0000006-94.2015.5.04.0373**	<b>01.07.2015</b>	24 dias
8	0000725-18.2011.5.04.0373	<b>06.07.2015</b>	19 dias



9	0000744-87.2012.5.04.0373	07.07.2015	18 dias
10	0075800-34.2009.5.04.0373	14.07.2015	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.07.2015)

\* Expedida notificação para devolução dos autos.

\*\* Foi concedida dilação do prazo de carga, porém já se encontrava vencido na data da consulta.

### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000891-45.2014.5.04.0373*	17.06.2015	1 mês e 8 dias
2	0000012-38.2014.5.04.0373	08.07.2015	17 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.07.2015)

\* Há despacho deferindo dilação de prazo solicitada pela perita, porém sem informação do prazo final no InFOR.

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	373-00318/15	0001441-74.2013.5.04.0373*	29.06.2015	26 dias
2	373-00320/15	0081100-11.2008.5.04.0373	29.06.2015	26 dias
3	373-00331/15	0000113-12.2013.5.04.0373	06.07.2015	19 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.07.2015)

\* Proferido despacho em 17.07.2015 determinando que o Oficial de Justiça cumpra o mandado.

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 24.07.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **527 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correição dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000545-31.2013.5.04.0373
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada no verso da fl. 127 sem assinatura; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 138. <b>Movimentação processual:</b> o prazo das notificações das fls. 157-158 expirou em 19.8.2014 e o impulso processual ocorreu em prazo superior a 30 dias (despacho da fl. 175 de 01.10.2014); cumprimento do despacho da fl. 175 em 15 dias.	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2	0000628-13.2014.5.04.0373
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 761. <b>Movimentação processual:</b> o prazo da notificação da fl. 1146 expirou em 29.5.2015 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 25.6.2015 (certidão da fl. 1159).	
3	0015800-05.2008.5.04.0373
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada no verso da fl. 239 com espaços em branco. <b>Movimentação processual:</b> o prazo para oposição de embargos à penhora, conforme andamentos do Infor, expirou em 28.4.2015 e a certificação de decurso de prazo ocorreu 30 dias após (fl. 262).	
4	0000273-03.2014.5.04.0373
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> certidão no verso da fl. 184 com espaços em branco e datada de forma equivocada. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
5	0000064-34.2014.04.0373
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> documento reduzido da fl. 09 não quantificado, nem numerado. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
6	0005700-06.1999.5.04.0373
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada no verso da fl. 285 com espaços em branco. <b>Movimentação processual:</b> cumprimento da diligência noticiada na certidão da fl. 301/verso em 23 dias (notificação da fl. 302); cumprimento do despacho da fl. 321 em 09 dias.	
7	0001245-41.2012.5.04.0373
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada, no verso da fl. 442, lavrado sobre documento juntado aos autos. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
8	0000366-63.2014.5.04.0373
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> documento reduzido juntado à fl. 303 não quantificado, nem numerado. <b>Movimentação processual:</b> certificação de decurso de prazo para interposição de recurso ordinário pelas partes, em 23 dias (fl. 327); cumprimento do despacho da fl. 399 em 18 dias; o prazo das notificações das fls. 400-401 expirou em 11.5.2015 e o impulso processual ocorreu em 15.6.2015 (prazo superior a 30 dias); cumprimento do despacho da fl. 405 em 21 dias.	
9	0000866-32.2014.5.04.0373
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> documento reduzido juntado à fl. 10 não quantificado, nem numerado; termo de juntada no verso da fl. 26 com espaços em branco. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
10	0136400-46.1994.5.04.0373
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 133. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.





## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
<b>Autos aguardando arquivamento</b>	0000137-40.2013.5.04.0373
	0001272-87.2013.5.04.0373
	0000775-39.2014.5.04.0373
<b>Carta Precatória aguardando devolução</b>	0000630-17.2013.5.04.0373
	0001364-02.2012.5.04.0373
<b>Demora no impulso processual</b>	0001042-45.2013.5.04.0373
	0000435-66.2012.5.04.0373
	0106401-57.2008.5.04.0373
<b>Execução reunida ou suspensão do processo sem registro no INFOR</b>	0001017-95.2014.5.04.0373
	0117800-20.2007.5.04.0373
	0000916-63.2011.5.04.0373
<b>Despacho aguardando cumprimento</b>	0001156-52.2011.5.04.0373
	0000493-35.2013.5.04.0373
	0000482-69.2014.5.04.0373
<b>Processo reunido a outro sem andamento</b>	0000127-30.2012.5.04.0373
	0000148-69.2013.5.04.0373
	0001348-14.2013.5.04.0373
<b>Registros desatualizados</b>	0000012-43.2011.5.04.0373
	0000573-33.2012.5.04.0373
	0049100-55.2008.5.04.0373

No exame dessa listagem, verificou-se elevada quantidade de processos que dependem efetivamente de impulso processual. Essa situação é verificada em todas as fases, excetuados os processos que aguardam cumprimento de acordo, pagamento de precatório e andamento de outros processos.

Verificou-se relevante quantidade de processos que aguardam cumprimento de despachos, mero arquivamento ou diligências comuns aos trabalhos da Secretaria. Há inúmeros casos de processos que aguardam a execução de outro feito mas não registram o andamento de “Processo suspenso/sobrestado” ou “Execução reunida”, de acordo com cada caso. Tal situação prejudica o desempenho da Unidade na apuração do número de processos em fase de execução e na contagem do tempo médio de tramitação das demandas nessa fase.



### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **não ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

### 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 18.08.2014.

Para efeito correcional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 06.8.2015 e 10.8.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	56	20102.67.2014	17.04.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	24	Todos apreciados	13.08.2015
C/petições não apreciadas	-	98	20050.71.2014	07.07.2015
c/habilitações não lidas	-	53	-	13.08.2015
Mandados devolvidos OJ	-	17	-	13.08.2015



Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento prov	Por prazo	320	21 processos na subpasta '01 a 05.8.2015'	05.08.2015
Aguardando cumprimento exec.	Por prazo	11	03 processos na subpasta '6 a 10.7.2015'	10.07.2015
Aguardando cumprimento liq.	Por prazo	01	Na subpasta '26 a 31.8.2015'	13.08.2015
Aguardando ciência	-	20	20437.86.2014	05.06.2015
Aguardando ciência decisão-ConPra	-	02	20290.60.2014	23.07.2015
Aguardando término dos prazos	-	131	20052.41.2014	19.11.2014
Apreciar urgentes	-	-	-	13.08.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	-	-	13.08.2015
Prazos vencidos	-	43	20177.72.2015	30.06.2015
Recebimento TRT	-	01	20006.18.2015	30.06.2015
Triagem inicial	-	01	20739.81.2015	12.08.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se alguns lapsos em algumas tarefas, em decorrência da adesão de alguns servidores ao movimento grevista iniciado em 09.6.2015. Relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se que há bom gerenciamento, verificação periódica das tarefas e movimentação processual satisfatória dos processos que tramitam no meio eletrônico. As pastas e subpastas criadas possibilitam boa organização e visualização das tarefas a serem executadas pela Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se ao Diretor de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Assim como constatado em relação às outras unidades do Foro Trabalhista de Sapiranga, a 3ª Vara apresentou aumento considerável no seu acervo processual em 2014, tendo sido verificada a maior elevação nos estoques das fases de liquidação e execução. Mesmo com o aumento da movimentação de processos, a unidade apresentou excelente funcionamento,



tendo mantido os prazos médios de tramitação todos abaixo das médias do Estado desde 2014 até o primeiro semestre de 2015 analisado; o destaque na celeridade deve ser apontado para a fase de execução, que foi 337 (trezentos e trinta e sete) dias mais célere do que o tempo apontado como média das demais unidades do Estado. Na fase de liquidação, conforme esclarecido pela Juíza Titular, busca-se realizar o exame criterioso das contas de liquidação e, naqueles casos em que há muitas demandadas, procede-se à homologação após as adequações determinadas.

Ademais, o exame dos processos físicos revelou a ausência predominante de lapsos relevantes, o que denota o cuidado e comprometimento dispensados por toda a equipe de trabalho na realização de suas atribuições.

A Juíza Titular Adriana Freires demonstrou comprometimento com a jurisdição e é elogiável o enfoque sobre a sua atuação como Magistrada responsável pela unidade, tanto no contato com os procuradores como com as partes; ademais, mostrou-se organizada e reafirmou seu compromisso com a Corregedora com a prolação de sentenças em ordem cronológica de conclusão, sem ignorar eventuais urgências.

Ao final, a Corregedora possibilitou a todos os presentes que fizessem uso da palavra e, não tendo havido manifestação, parabenizou a todos os servidores e a Magistrada pelos excelentes resultados apresentados pela unidade.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5/2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão do devedor do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **no processo nº 0001002-34.2011.5.04.0373**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos



do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, a situação descrita no item 3.4.3.

### ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

a) efetue os lançamentos dos andamentos informatizados, com data retroativa a 16.12.2010, relativos à conclusão para julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte ré no processo nº 0114600-05.2007.5.04.0373 e à decisão que não conheceu do referido incidente – ou, caso a matéria nele ventilada não seja típica de embargos declaratórios, seja efetuada a exclusão do andamento relativo à oposição destes e o lançamento, com data retroativa a 09.12.2010, de andamento referente à protocolização de simples petição;

b) efetue o lançamento do andamento informatizado, com data retroativa a 13.12.2011, relativo à decisão que extinguiu sem resolução de mérito os embargos à execução apresentados pela parte ré no processo nº 0106401-57.2008.5.04.0373;

c) efetue os lançamentos dos andamentos informatizados, com data retroativa a 17.11.2011, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à arrematação apresentados pela parte ré no processo nº 0114600-05.2007.5.04.0373 e à decisão que extinguiu sem resolução de mérito o referido incidente;

d) efetue os lançamentos dos andamentos informatizados, com data retroativa a 26.06.2013, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré no processo nº 0108100-49.2009.5.04.0373 e à decisão que rejeitou o referido incidente.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que a Juíza Titular **Adriana Freires** e o Substituto zoneado **Carlos Ernesto Maranhão Busatto** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

Cientifiquem-se as Juízas Substitutas **Bárbara Fagundes e Cíntia Machado de Oliveira** acerca dos processos conclusos há mais de 50 dias,



indicados no mesmo item deste relatório, para que profiram as sentenças com a maior brevidade possível.

### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, inclusive devoluções postais, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- e) abstenha-se de lavrar termos e certidões no verso de documentos juntados aos autos, conforme preconiza o art. 69 da CPCR, evitando situações como a verificada no processo 0001245-41.2012.5.04.0373, analisado no item 8.1.



## 8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **527 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) archive os processos (nº0000137-40.2013.5.04.0373, nº 0001272-87.2013.5.04.0373, nº 0000775-39.2014.5.04.0373);
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0001042-45.2013.5.04.0373, nº 0000435-66.2012.5.04.0373, nº 0106401-57.2008.5.04.0373);
- c) devolva Cartas Precatórias (processos nº 0000630-17.2013.5.04.0373, nº 0001364-02.2012.5.04.0373);
- d) regularize a situação dos processos aguardando a execução em outros feitos no INFOR, informando sua reunião ou suspensão (processos nº 0001017-95.2014.5.04.0373, nº 0117800-20.2007.5.04.0373, nº 0000916-63.2011.5.04.0373);
- e) dê cumprimento aos despachos (processos nº 0001156-52.2011.5.04.0373, nº 0000493-35.2013.5.04.0373, nº 0000482-69.2014.5.04.0373);
- f) regularize o andamento dos processos reunidos a outros (processos nº 0000127-30.2012.5.04.0373, nº 0000148-69.2013.5.04.0373, nº 0001348-14.2013.5.04.0373),
- g) atualize os registros (processos nº 0000012-43.2011.5.04.0373, nº 0000573-33.2012.5.04.0373, nº 0049100-55.2008.5.04.0373).

## 14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceu o advogado Edison Gilberto Moura, que relatou à Corregedora certa demora no andamento de processos; a Corregedora encaminhou as demandas junto a respectiva unidade.

## 15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular, Adriana Freires, pelo Diretor de Secretaria Wilson Delmar Korzekwa e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**